

ATA 23ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA CODIR 10/12/2020

Data	10/12/2020
Horário	8:30 horas
Local	Via Webconferência

Lista de presença:	1. Uberlando Tiburtino Leite	Presidente do CODIR
	2. Jéssica Cristina Pereira Santos	Pró-Reitora de Administração - PROAD
	3. Gilberto Paulino da Silva	Pró-Reitora de Desenvolvimento Institucional - PRODIN
	4. Maria Goreth Araújo	Pró-Reitora de Extensão - PROEX
	5. Gilmar Alves Lima Junior	Pró-Reitor de Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação - PROPESP
	6. Edslei Rodrigues de Almeida	Pró-Reitor de Ensino - PROEN
	7. Davys Sleman de Negreiros	Diretor-Geral do <i>Campus</i> Cacoal
	8. Leonardo Pereira Leocádio	Diretor-Geral do <i>Campus</i> Porto Velho Calama
	9. Aremilson Elias de Oliveira	Diretor-Geral do <i>Campus</i> Vilhena
	10. Marco Aurélio Anequine de Macedo	Diretor-Geral do <i>Campus</i> Colorado do Oeste
	11. Elaine Oliveira Costa de Carvalho	Diretora-Geral do <i>Campus</i> Guajará-Mirim
	12. Ênio Gomes da Silva	Diretor-Geral do <i>Campus</i> Ariquemes
	13. Valdeson Amaro Lima	Diretor-Geral Substituto do <i>Campus</i> Porto Velho Zona Norte
	14. Letícia Carvalho Pivetta	Diretora-Geral do <i>Campus</i> Ji-Paraná
	15. Renato Delmonico	Diretor-Geral do <i>Campus</i> Jaru
	16. Miguel Fabrício Zamberlan	Diretor-Geral do <i>Campus</i> São Miguel do Guaporé
	17. Aloir Pedruzzi Júnior	Diretor de Educação a Distância - DEaD
	18. Débora Gonçalves Lima	Diretora de Gestão de Pessoas - DGP
	19. Arijuan Cavalcante dos Santos	Diretoria de Planejamento - DPLAN
	20. Collien Rodrigo Néry	Assessoria de Comunicação - ASCOM
	21. Erlan Fonseca de Souza	Diretor de Gestão de TI - DGTI

PAUTA:
1. ABERTURA DA REUNIÃO PELO PRESIDENTE DO COLÉGIO

O Presidente do Colégio de Dirigentes do IFRO - CODIR conferiu o quórum, deu as boas vindas aos participantes e iniciou a reunião, por webconferência.

2. ORDEM DO DIA

Com a participação do colegiado acima elencado, o Presidente do Colégio de Dirigentes iniciou a reunião.

2.1. Apreciação do Relatório de Implantação da Política de Gestão de Riscos do IFRO.

O Sr. Gilberto apresentou o relatório, pede o encerramento do projeto estratégico da gestão de riscos.

Em 2018 a equipe de desenvolvimento do projeto estratégico Modernização da Gestão - Política de Gestão de Riscos elabora o Plano do Projeto, doc. SEI nº 0517306, e nele descreve o escopo do projeto, que é todo o trabalho necessário para se obter o resultado pretendido, nesse caso a política e a implementação do processo de gerenciamento de riscos do IFRO. O escopo apresentado é composto por 4 etapas, sendo elas :

Etapa 1 - Concepção, que está subdividida em 4 ações :

Plano de Trabalho, que é composta pelas seguintes entregas:

- Plano de Gerenciamento do Projeto (PGP) e da Reunião de Lançamento do Projeto;
- Revisão da Política de Gestão de Riscos do IFRO;
- Publicização da Política de Gestão de Riscos, que é composta pelas seguintes entregas: Divulgação da Política de Gestão de Riscos e da Mobilização das Lideranças;
- Capacitação: Gestão de Riscos *In Company*;

Etapa 2 - Estruturação, que está subdividida em 5 ações :

- Formalização das comissões de Gerenciamento de Riscos;
- Desenho do processo de Gerenciamento de Riscos;
- Método de Gestão de Riscos; Manual de Gerenciamento de Riscos, que é composta pelas seguintes entregas: Elaboração da minuta do Manual de Gerenciamento de Riscos, da Análise Manual de Gerenciamento de Riscos e da Aprovação do Manual de Gerenciamento de Riscos.
- Capacitação: Manual de Gestão de Riscos;

Etapa 3 - Implantação, que está subdividida em 3 ações :

- Mapas de Riscos dos Setores;
- Mapas de Riscos das Unidades;
- Mapa de Risco Institucional;

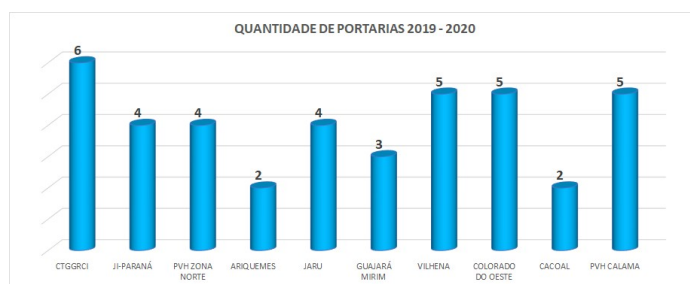
Etapa 4 - Monitoramento, que está subdividida em 2 ações :

- Relatório de Análise da Implantação;
- Estrutura de Monitoramento.

A execução de cada uma das etapas, ações e entregas apresentadas no escopo do projeto estratégico Modernização da Gestão - Política de Gestão de Riscos podem ser analisadas através dos autos dos processos 23243.000268/2019-11, 23243.000621/2019-54, 23243.004911/2020-19, 23243.004909/2020-31, 23243.007069/2020-69, e 23243.004127/2020-01, do sistema de monitoramento dos projetos estratégicos do IFRO disponível em <https://projetos.ifro.edu.br/redmine/issues/14499> ou ainda através do portal do IFRO em <https://portal.ifro.edu.br/planejamentoestrategico-nav>

DESAFIOS - No Brasil, principalmente no setor público, a gestão de riscos, ainda, é considerada uma nova metodologia. Desta forma e por ser um processo dinâmico, sua implementação necessita de constante aperfeiçoamento. No IFRO, durante 2 anos de implementação, foram identificadas algumas situações que necessitam de ajustes. Sendo elas:

- **Mais uma atividade a ser realizada ou modismo:** Superar o mito de que gestão de riscos é mais uma atividade que precisa ser realizada ou ainda é mais uma metodologia que logo não será mais utilizada, é um desafio que necessitou e necessita de constante sensibilização e orientação. Mas com reuniões de orientação e cursos de capacitação esse mito está sendo, paulatinamente, superado.
- **Alta rotatividade de servidores que atuam nos atores de implementação do processo:** A gestão de risco é uma metodologia com termos característicos, o que acarreta a necessidade de capacitações, reuniões de orientação e dedicação para o estudo dos conceitos e de sua aplicabilidade nas rotinas de trabalho. Porém com a alta rotatividade de servidores o processo de implementação do processo de gerenciamento de riscos foi e é afetado rotineiramente. Tornando a implementação um desafio hercúleo, que necessitou de uma esforço muito maior do que o planejado pela equipe de desenvolvimento do projeto. Para embasar tal afirmação realizou-se um levantamento da quantidade de portarias que foram publicadas formalizando a composição dos atores que fomentam o processo, ou seja, o Comitê Técnico de Governança, Gestão de Riscos e Controle interno-CTGGRCI e das Comissões Locais de Governança, Gestão de Riscos e Controle Interno - CLGGRCI de cada um dos campi do IFRO, responsáveis pela implementação do processo nos anos de 2019 e 2020. Os dados levantados são apresentado no gráfico abaixo:



Fonte: Diretoria de Planejamento - 2020.

- **Não cumprimento da carga horária estabelecida nas portarias de composição:** As portarias que designam as constituições das comissões para realizar as atividades do processo de gerenciamento de riscos estabelecem uma carga horária de 2 a 3 horas semanais para a execução das atividades do processo de gerenciamento de riscos. Contudo, devido ao grande volume de atividades já executadas por esses servidores, essas cargas horárias, geralmente, não são cumpridas, pois são constantes os pedidos de prorrogação de prazos, os atrasos e a não entrega das atividades pactuadas.
- **A gestão de riscos e o planejamento:** O IFRO elaborou durante o ano de 2017 seu planejamento estratégico e, no período, a gestão de riscos apresentava-se de forma incipiente. Durante os anos seguintes o entendimento sobre como deveria ser realizada a implementação do processo de gerenciamento de riscos era diverso. Perante a situação e buscando consenso, optou-se por implementar a gestão de riscos com foco em processos. No decorrer da execução do projeto estratégico Modernização da Gestão - Política de Gestão de Riscos com a vivência dos conceitos, atividades e ferramentas utilizadas no processo de gerenciamento de riscos consolidou-se então o entendimento de que é necessário uma maior aproximação da gestão de riscos com o processo de planejamento. No entanto, faz-se necessário que o planejamento do IFRO evolua e presente, não apenas, o planejamento estratégico, mas o tático e o operacional. Desta forma, a gestão de riscos poderá se

agregar e maximizar a efetividade das atividades desenvolvidas pelo Instituto sem ter que alterar sua estrutura já implementada.

- **O CGGGRCI** : O Comitê Gestor de Governança, Gestão de Riscos e Controle Interno-CGGGRCI é composto pelos membros do colégio de dirigentes e tem suas competências estabelecidas pelo art. 21 da Resolução nº 85/REIT - CONSUP/IFRO, de 17 de dezembro de 2018. A atuação do Comitê Gestor, por ser formado pelos principais gestores do IFRO, é uma instância de deliberação e como tal deveria exercer influência sobre o processo de gerenciamento de riscos, porém, sua atuação foi questionada ao longo da execução do processo de implantação pelos atores do processo, informalmente, e pela Auditoria Interna, através do Relatório de Acompanhamento da Política de Gestão de Riscos - IFRO (EX. 2019), doc. SEI nº 0796786. Os principais pontos destacados são:
 - A falta de capacitação dos membros do CGGGRCI para realizarem as deliberações necessárias;
 - O distanciamento dos membros do CGGGRCI das ações realizadas pelo CTGGRCI e as CLGGRCI;
 - A falta de um plano de ação para a execução dos membros do CGGGRCI.

BOAS PRÁTICAS - Entendendo que boas práticas são as atividades que proporcionam melhorias ou soluções para a entrega das ações planejadas, quando replicadas em um cenário aproximado, apresentamos abaixo ações que fizeram e fazem a diferença na implementação do processo de gerenciamento de riscos no IFRO.

- **O empenho dos servidores**: Uma prática que proporciona resultados é o empenho dos servidores que integram o CTGGRCI e as CLGGRCI de cada um dos *campi* do IFRO . Quando estes servidores compreendem a importância das ações para o atingimento dos objetivos planejados e, mesmo em cenários inóspitos, realizam as atividades planejadas os ganhos podem ser observados nas entregas das atividades dentro dos prazos, nas trocas de integrantes dos atores de fomento no processo de forma efetiva, dentre outras situações.
- **Suplentes** : Ao longo do processo de implementação da gestão de riscos foi identificado que estavam ocorrendo diversas paralisações nas atividades planejadas devido a férias, licenças e afastamentos dos servidores responsáveis pela execução das atividades planejadas. Diante da situação, a forma encontrada para evitar os entraves para a execução do escopo do projeto estratégico Modernização da Gestão - Política de Gestão de Riscos foi a indicação de servidores que pudessem atuar no auxílio dos componentes que formam o CTGGRCI e as CLGGRCI. Surgindo assim a prática de indicação de suplentes que gera aumento na entrega das atividades planejadas e maior efetividade nas ações realizadas.
- **Capacitações** : O escopo do plano do projeto estratégico Modernização da Gestão - Política de Gestão de Riscos previa ações de capacitação em duas etapas do projeto, mas a necessidade de fomento e melhor entendimento do tema fez com que a equipe de desenvolvimento do projeto implementasse mais ações de capacitação. Devido as dificuldades de entendimento de conceitos, utilização de ferramentas e procedimentos identificadas no decorrer da execução do projeto tornando-a, principalmente as disponibilizadas pelas escolas de governo na modalidade a distância, um pilar para a implementação do processo de gerenciamento de riscos no IFRO.
- **Reuniões de Orientação**: As reuniões de orientação foram planejadas como uma atividade de sensibilização para que os integrantes do CTGGRCI e das CLGGRCI compreendessem a importância das atividades que seriam executadas no processo de implementação da gestão de riscos. Porém a cada etapa de execução do projeto foram surgindo pontos a serem dirimidos pelos ou com os membros tanto do CTGGRCI como das CLGGRCI. Assim as reuniões acabaram se tornando parte do processo de gerenciamento de riscos. As reuniões de orientação transformaram-se em um importante instrumento de comunicação, um espaço de esclarecimentos, troca de práticas e deliberações sobre os desafios encontrados na execução das atividades planejadas.
- **Gestão de Riscos/Processos/Planejamento**: A gestão de riscos é um poderoso instrumento de maximização de resultados. Através da implementação da gestão de riscos é possível aumentar as possibilidades de atingimento dos objetivos institucionais. Com esse entendimento a equipe de desenvolvimento do projeto estratégico buscou fomentar a descrição dos fluxos dos processos e aproximar os processos acompanhados pela gestão de riscos com os objetivos estratégicos definidos no Mapa Estratégico do IFRO 2018-2022.

CONCLUSÃO - O projeto estratégico Modernização da Gestão - Política de Gestão de Riscos executou todas as etapas descrita em seu escopo, ajustando e implementando ações quando necessárias. Deste modo, atualmente o IFRO conta com um processo de gerenciamento de riscos estabelecido com documentos basilares e ferramentas, uma estrutura com atores e competências definidas, um mapa de riscos institucional e um plano de ação para executar o acompanhamento de 81 riscos identificados em 27 processos e mais de 160 servidores envolvidos diretamente com as ações do processo. Além disso o Instituto ampliou seu entendimento sobre a Gestão de Riscos e como apresentado neste relatório tem compreensão das práticas que entregam resultados efetivos e dos desafios que precisa enfrentar.

O Prof. Uberlando destacou que, geralmente, é pedido às comissões que elaborarem um plano de trabalho, em especial com previsão de capacitação para os membros, que é indispensável para o bom andamento dos trabalhos.

A Sr.^a Goreth destacou que foram identificados processos em duplicidade, de editais que a PROEX tem um fluxo de tramitação e o gabinete também. Ela sugeriu para que seja verificado e haja convergência para esses fluxos, e considerando o encerramento de implantação deste projeto, entretanto é esperado que as atividades serão continuadas.

O Sr. Gilberto informou que as atividades serão continuadas após a finalização da implantação do projeto. Sobre capacitação, ele esclareceu que as capacitações são ofertadas por escolas de governo, e é entendido que a carga horária de 2 h semanais prevista na portaria de designação dos membros da comissão, seja suficiente para realização dos cursos. Estamos encerrando o processo que regulamentou para implementar a política, no entanto, é uma atividade que será continuada, com relatórios periódicos. Destacou a possibilidade de ofertar cursos próprios do IFRO para os servidores, pois considera que a gestão de riscos estará realmente em funcionamento quando todos os servidores do Instituto tiverem esse conhecimento sobre essa temática.

A Sr.^a Débora destacou que as capacitações de oferta EaD também podem ser colocadas nos PACs de cada *campus*, e a disponibilização de carga horária pode ser concedida para realização dos cursos EaD, através de edital contínuo para contemplar esses pedidos.

A Prof.^a Letícia ponderou sobre a carga horária estabelecida em portaria, entretanto, ela destacou que os membros são geralmente chefes de setores, e possuem muitas atribuições, apesar do estabelecido em carga horária na portaria, é mais complexo na prática. Ela partilhou que sente falta no *campus* de um servidor representante da PRODIN, específico para os assuntos correlatos.

O Prof. Uberlando considerou que o que realmente afeta é a escassez de servidores para muitas atividades; seria necessário ainda, ter em disponibilidade cargos de direção ou funções para o pleno desenvolvimento das atividades institucionais, esse é um tema de debate. Dentre os itens apontados, o que a gestão pode intervir para buscar resolver é sobre a capacitação.

O Comitê o encerramento do projeto estratégico, por unanimidade.

2.2. Apresentação do Relatório trimestral da Execução da Política de Gestão de Riscos do IFRO referente ao 3º trimestre de 2020.

O Sr. Gilberto apresentou o relatório, foi identificado os mesmos apontamentos sobre a necessidade de realização de capacitações pelos membros das equipes.

O Prof. Uberlando sugeriu que seja apontado, sobre o acompanhamento da gestão, uma ferramenta mais interativa para possibilitar realmente a intervenção da gestão para superar os desafios e atingir maior eficácia do acompanhamento pela gestão, ampliando o acompanhamento.

O Comitê aprovou o relatório por unanimidade.

2.3. Diretrizes e procedimentos para a oferta de cursos Educação a Distância com recursos próprios no âmbito do IFRO, Portaria nº 71/REIT - CGAB/IFRO, de 09/01/2020, Processo nº 23243.026321/2019-03.

Este item foi retirado na ordem do dia, poderá ser proposto para a pauta de outra reunião.

2.4. Projetos de Pesquisa e Inovação do IFRO em 2020.

O Prof. Gilmar contextualizou sobre as atividades de pesquisa no ano de 2020, que excederam as expectativas com aumento das atividades, especialmente para as voltados ao combate ao COVID - 19. Algumas atividades de pesquisa sofreram adequações para atividades remotas, e outras não tiveram condições para serem continuadas. O IFRO aderiu aos editais disponibilizados pela SETEC/MEC, com captação de recursos externos para os projetos. Os resultados dos projetos realizados durante o período de pandemia proporcionaram uma repercussão muito positiva da imagem do IFRO na sociedade como instituição pública de excelência.

O Prof. Gilmar apontou os gargalos identificados para as atividades de pesquisa. Destacou como principal a falta de pessoal, equipe pequena e/ou falta de servidores, sendo que muitos DEPESPs (Departamentos de Pesquisa e Pós-Graduação) não tem um servidor TAE (Técnico Administrativo em Educação) para operacionalizar o trabalho administrativo, e muitas vezes o trabalho é realizado por docentes que também tem carga horária para ministrar aulas. E, muitas vezes, não há uma equipe, é apenas o coordenador(a). Há um número muito grande de editais, pois esta é a forma que trabalhamos pela necessidade de concorrência, sendo que muitos editais envolvem recursos de taxas de bancadas, que precisam de andamento das atividades administrativas. Há editais publicados pela pró-reitoria, outros pelos *campi*, com participação de servidores e alunos, registro de bolsistas e trâmite para pagamento das bolsas até o acompanhamento de execução e prestação de contas. Implantamos módulos SUAP (Sistema Unificado de Administração Pública) para auxiliar a gestão dos editais. Desta forma, em 2021, todos os editais deverão ser gerenciados pelo SUAP. São muitas atividades no âmbito dos DEPESPs e PROPESP dentre ofertas de cursos de pós-graduação, publicações de editais e toda a gestão correlata, fomento à qualificação de servidores, entre outros. Colocamos foco como pontos principais para o planejamento a iniciação científica dos alunos, sendo esta uma atividade fim do instituto, além de oferta de pós-graduação, fomentar publicações em revistas, etc., e produção de inovação e incubação de produtos e desenvolvimento de empresas (empresa júnior). Destacou ainda, que há oportunidades de parcerias para ofertas de cursos que surgem na Rede Federal, e para a adesão do IFRO, os procedimentos devem ser realizados de forma muito rápida, de forma que não temos como planejar porque são propostas externas. No entanto, podemos planejar as ofertas de cursos próprios do IFRO, com um calendário o mais unificado possível. A programação em calendário unificado de oferta de pós-graduação facilitará a divulgação conjunta de todos os *campi* dos cursos na mídia, unindo os esforços de comunicação e de inscrições.

Qualificação de servidores - O Prof. Gilmar informou que teremos duas turmas de doutorado em educação, em parceria IFRO - UNIR, a aula inaugural foi realizada ontem. Esses investimentos do IFRO em qualificação de servidores tem aumentado exponencialmente o número de mestres e doutores na instituição; além de oferta de cursos de capacitação de curta duração que são ofertados aos servidores. O IFRO tem um nome forte, uma imagem positiva e com isso um grande potencial para realização de parcerias de ações assim como potencial de captação de recursos externos, somado às ações desenvolvidas pela Rede Federal.

Destacou o engajamento dos pesquisadores, mas considerou que é possível aumentar o envolvimento do número de servidores nas atividades dos projetos, verificando quais são os obstáculos para fomentar o envolvimento e participação; se é carga horária, buscar propostas de como seria possível resolver. Com este intuito, elaboraremos uma agenda de pesquisa para melhorar a comunicação e planejamento pelos pesquisadores para ampliar a participação deles, a agenda terá a programação de eventos científicos em 2021, como o CONPEX, CONEPI, entre outros. O desafio se dá pelas incertezas acerca da pandemia, até o momento não há um plano de vacinação ainda aprovado a nível nacional, que possibilite datas exatas para o planejamento, sendo que os eventos envolverão a participação de IFs de outros estados.

O Prof. Leonardo ponderou sobre o planejamento para a realização presencial CONEPI (Congresso Nacional de Educação e Práticas Interdisciplinares), como seria realizado em Porto Velho, o IFRO tem muito interesse em receber esse evento de forma presencial, se definirmos a data mais para o fim do ano, talvez novembro, é possível que já tenha sido resolvido as pendências da vacinação e possamos realizá-lo presencialmente.

O Prof. Gilmar esclareceu que esta decisão de realizar o evento *on-line* para o CONEPI foi tomada no âmbito da Rede Federal para viabilizar a realização do evento, pois já precisamos iniciar o planejamento do evento, e devido às incertezas decorrente da pandemia, não podemos mais esperar. É preciso realizar contratações, serviço de sistema de inscrições, submissões de trabalhos acadêmicos e suas respectivas avaliações, precisamos de tempo hábil.

A Sr.^a Goreth partilhou que como envolverá a participação de IFs de outros estados, há preparativos com deslocamento, são muitas ações para empenhar recursos, precisa ser planejado realmente com muita antecedência por todos os envolvidos, além de que a definição da data, não será apenas no âmbito do IFRO, mas da Rede Federal e do CONIF.

O Prof. Gilmar lembrou que os eventos não podem coincidir com as datas dos jogos da Rede Federal.

A Prof.^a Letícia considerou positivo o calendário de pesquisa apresentado para o planejamento do *campus* nos eventos para fomentar a participação.

Edítails - como será implantado o SUAP, a proposta é maior descentralização para os *campi* para a execução das etapas. Em reunião com os DEPEsPs, decidi-se dar continuidade aos trabalhos como está: seleção das propostas de todas as unidades pela pró-reitoria e após a seleção, haverá a descentralização para execução nas unidades.

2.5. Centros de Inovação e Tecnologia - Aquisições e implantação.

O Prof. Gilmar contextualizou sobre os CTIs, há uma situação pendente quanto a definição de outro nome mais adequado, para não haver confusão com o nome de CTI hospitalar.

Ele relatou que alguns equipamentos foram recebidos, muitas reformas já concluídas, e outras estão em fase de conclusão de licitação. A PROAD está acompanhando os processos. Dentro do CTI, especificamente os Fab Labs, propôs a deliberação dos recursos, tendo que os *campi* que tem licitação em fase de conclusão, informaram que a previsão é de concluir nos próximos dias.

Campus Calama - informou que os processos serão concluídos nos próximos dias e será possível dar andamento nos processos de licitação.

Campus Vilhena - os processos licitatórios tiveram vários itens desertos de equipamentos para laboratórios de física, dentre 81 itens, 39 foram desertos. Os pregões deverão ser relançados no ano que vem, o *campus* vai tentar adiantar e empenhar os itens que tem disponibilidade e os itens que continuarem desertos após relançamento desses itens, então ficará para relançamento em 2021. Para a implantação do Fab Lab, a demanda foi toda contemplada e o andamento está mais adiantado.

Campus Cacoal - os processos licitatórios tiveram alguns itens desertos de equipamentos para os laboratórios de análise de café. Serão relançados os pregões na próxima semana, se for deserto novamente, então será relançado em 2021. Outros itens já foram empenhados e programado o recebimento e instalação dos equipamentos para os laboratórios de café, já em janeiro. O Sr. Edimilson Brito esclareceu que o que estava no plano foi executado, faltou a execução de reforços orçamentários para equipamentos adicionais, da reorganização feita com os recursos para possibilitar equipar o CTI com esses equipamentos adicionais.

Campus Zona Norte - não conseguiu avançar quanto às reformas necessárias no projeto, o processo do projeto está em fase de fechamento da planilha orçamentária pela DEINF (Departamento de Engenharia e Infraestrutura) para lançamento da licitação. Desta forma, o *Campus* Zona Norte não conseguiu avançar na execução para as aquisições conforme o cronograma que estava previsto para os recursos em 2020.

O Prof. Gilmar informou que considerando o prazo de execução do ano fiscal, será feito acompanhamento caso a caso dos 3 *campi* que não conseguiram concluir todas as aquisições (Cacoal, Vilhena e Calama), para uma decisão sobre os recursos.

O Prof. Edslei informou sobre os projetos para implantação dos Fab Labs: o material bibliográfico já foi todo empenhado, está ok. A aquisição de TIC (Tecnologia da Informação e Comunicação - materiais diversos), conforme já deliberado, há um atraso de itens desertos que deverá ser relicitado. Espera-se até dia 15/12/2020, ter conseguido avançar nessas aquisições. Os processos estão sendo acompanhado pela PROAD e pelas comissões de cada *campus*.

Encaminhamento - Foi solicitado a atenção especial dos DGs para acompanhamento dos processos de TICs. Na próxima semana, já estaremos trabalhando com as comissões para finalização dos processos de TICs. A Sr.^a Jéssica informou que a maioria dos processos já está na DOF (Diretoria de Orçamentos e Finanças), e semana que vem serão enviados aos *campi*, sendo que os empenhos foram feitos pela reitoria, para melhor coordenação e padronização, e enviados aos *campi* para execução e recebimento dos itens.

2.6. Liberação de estágio obrigatório e não obrigatório.

A Sr.^a Goreth informou que em consulta a PROEN e PROEX sobre o tema de estágios obrigatórios e não obrigatórios, foram emitidas as IN (Instrução Normativa) nº 3 e nº 5. Destacou que há a prioridade para realização das atividades de forma não presencial, possibilitando as atividades de forma remota. Entendemos que alguns cursos, a atividade prática presencial é a mais adequada pedagogicamente, especialmente cursos da área agrícola. Nesse entendimento, deixamos a decisão para a discricionariedade dos *campi* sobre a obrigatoriedade dessas atividades, para não prejudicar os alunos, tendo em vista que os municípios tem níveis diferentes de restrições quanto ao avanço das fases da pandemia, de acordo com os decretos locais. Destacando que menores de 18 anos devem ser afastados das atividades presenciais, conforme já definido no início da

pandemia pelo Ministério do Trabalho, inclusive para o Programa Jovem Aprendiz, para atividades que coloquem os alunos em exposição a risco. Em todos os casos, devem ser observadas as recomendações da OMS (Organização mundial da Saúde) e utilização de EPIs (Equipamento de Proteção Pessoal).

O colegiado considerou que os estágios em *campus* agrícola e fazenda, enfim, muitos contemplam espaços abertos, tornando mais tranquila a liberação de estágio e atividades profissionais. Já para atividades laboratoriais é mais complexo, por ser em ambiente fechado, ainda não adquirimos todos os EPIs, além de que é preciso fornecer aos estagiários uma permissão de acesso ao *campus*, o que pode resultar em aumento considerável de circulação de pessoas na unidade, e por esses motivos, provavelmente, não deverão ser liberados.

O IFRO está finalizando aquisição de EPIs para o Instituto como um todo, porque é mais vantajoso a aquisição em maiores quantidades. No entanto, as unidades podem adquirir uma quantidade mínima necessária para realização das atividades essenciais, com dispensa de licitação.

Encaminhamento - cada unidade realizar a avaliação sobre os estágios de acordo com as normativas locais, de cada município, considerando sempre as recomendações de medidas de segurança e proteção das pessoas.

2.7. Portaria nº 1.038, de 7 de dezembro, do Ministério da Educação e prorrogação das atividades remotas.

Foi emitida esta portaria, que estabelece o retorno do ensino superior de forma presencial em 01 de março de 2021. A decisão foi tomada pelo Ministério de Educação sem consulta aos reitores. O colegiado considerou que estamos novamente em momento de pico de pandemia, Porto Velho está na fase vermelha de restrições de mobilidade social, com falta de leitos de UTI para o estado todo e falta de médicos. Desta forma, é iminente a prorrogação da portaria de atividades remotas a partir de janeiro de 2021. Assim, a proposta do IFRO é para a prorrogação de atividades remotas, por tempo indeterminado, até que haja alterações no cenário e seja possível definir uma data para retorno das atividades presenciais com segurança.

O Prof. Aremilson considerou o andamento de alguns processos que precisam de definição de uma data para poder continuar, como a contratação de serviço de cantina, que as cotações tem prazo curto e avaliação imobiliária, para que se houver o retorno, a comunidade não fique desprovida do serviço. Sugeriu a definição de uma data após março/2021. Ele perguntou se será realizada uma nova pesquisa à comunidade acadêmica sobre as atividades remotas.

O Prof. Edslei considerou que a portaria do MEC estabelece prazo para a retomada presencial de cursos de nível superior. E, de qualquer maneira, precisamos definir uma data para as atividades de ensino técnico, que de acordo com as normativas, deve ser analisado o cenário local e regional. Desta forma, o retorno de ensino presencial não apresenta os quesitos mínimos de segurança, e se faz necessário a continuidade das atividades de ensino remotamente, não há outra forma. Ele esclareceu que a pesquisa à comunidade foi realizada em um ambiente de muita instabilidade, visando proporcionar adequação e melhor planejamento das atividades de ensino, naquele momento em que houveram mudanças muito repentinas. Para o próximo ano letivo, o planejamento já foi elaborado. Houve grande aprendizado, os *campi* já organizaram seus planos de ensino para continuidade das atividades remotas, que poderá ser ajustado para presencias, caso o cenário de pandemia se resolva rapidamente.

O Prof. Uberlando destacou que é uma decisão da instituição como um todo, para todas atividades, o ensino é atividade relevante, especialmente impacta na organização dos calendários acadêmicos, mas vamos avaliar a prorrogação para todas as atividades.

O Prof. Anequine considerou que enquanto a pandemia estiver nesse elevado patamar, o IFRO não deve retomar as atividades presenciais.

A Sr.^a Elizangélica contextualizou que para o planejamento do ano letivo de 2021, foi considerando o perfil do Instituto de ensino EPT (Ensino Profissional e Tecnológico). O IFRO planejou as atividades de 2021, para pelo menos, o primeiro semestre com continuidade do ensino de forma remota. Considerando os protocolos estabelecidos de biossegurança que devemos atender, possivelmente esta data de retorno para 01/03 não se sustente por não ter atendimento de critérios necessários, como plano nacional de vacinação, e uma vacina aprovada que respalde e embase o retorno de atividades presenciais em março. Quando tivermos essas definições, poderemos reanalisar a data para o retorno das atividades presenciais com maior assertividade.

O Prof. Leonardo considerou que o cenário da pandemia não é tão incerto como foi no início da pandemia, porque já se tem uma vacina prevista, ainda que sem maiores definições. Desta forma, ele sugeriu definir uma data para uma quinzena, ou um pouco mais, após o início do ano letivo no primeiro semestre, para reavaliação do cenário, aí se não houver mudança, poderemos prorrogar por mais um período. Destacou que a falta de definição de data é muito prejudicial para o planejamento das diversas atividades.

A Prof.^a Letícia partilhou que no *Campus* Ji-Paraná, o ensino 2021 está planejado de forma modular, o que permitirá a transição para o presencial ao final de cada módulo se for o caso, proporcionará a transição de forma tranquila. O *Campus* também tem pendências de processos que precisam de uma definição de data, e a aprovação da prorrogação indefinida já supre essa lacuna, pois já definiria que em 2021 o IFRO continuará com as atividades como estão, de forma remota. Assim que houver mudança do cenário de pandemia, poderemos adequar. Assim, ela concorda com prorrogar sem data definida, porque definir uma data gera uma expectativa na comunidade.

Foi considerado que grande parte de trabalho poderá ser realizado de forma remota em definitivo, especialmente da parte administrativa, se for regulamentado. O CONIF está discutindo o tema, assim como outras esferas.

Sobre aquisições de mobiliário, foi solicitado aos gestores para aguardar com as aquisições, adquirir o necessário para atividades de ensino, até definição sobre o trabalho remoto, pois deverá sobrar mobiliário e equipamentos.

Os DGs dos demais *Campi* (São Miguel do Guaporé, Jaru, Guajará-Mirim e Zona Norte) concordaram em prorrogar sem data definida, mudando o cenário, poderemos reorganizar, e planejar o retorno a qualquer momento que

houver alteração.

Encaminhamento - O Colegiado deliberou, houve duas propostas dos *campi* Vilhena e Calama para definição de data no primeiro semestre de 2021 para o retorno das atividades presenciais. Mas a maioria considerou que a prorrogação das atividades remotas por tempo indeterminado é a melhor definição para este momento. Este tema será deliberado pelo CONSUP (Conselho Superior) também, e a portaria de prorrogação será publicada na sequência.

3. INFORMES

PAT 2021 (Plano Anual de Trabalho) - O Sr. Gilberto reforçou o prazo para lançamento das informações do PAT até dia 11/12/2021.

Parceria CONIF e CISCO - O Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (CONIF) e a Cisco do Brasil fazem parceria para o avanço do desenvolvimento e digitalização da sociedade e capacitação de alunos. O CONIF e a Cisco do Brasil assinaram, em 09/12, um Acordo de Cooperação que visa preparar alunos da Rede Federal de ensino para as carreiras no eixo de informação e comunicação, por meio da oferta curricular do programa *Cisco Networking Academy*. Esta colaboração visa contribuir para a inclusão social e melhoria da empregabilidade no Brasil com a qualificação de mão de obra especializada para o mercado de tecnologia da informação.

Nos próximos cinco anos, as instituições ligadas ao CONIF irão utilizar sua capilaridade para ofertar capacitação profissionalizante em tecnologia a estudantes e comunidades pelo país, fomentando a inclusão digital e gerando mão de obra qualificada. A disponibilização da plataforma NetAcad.com da Cisco como ferramenta educacional nas instituições da Rede Federal vai contribuir para a formação de mão de obra qualificada para o mercado, além de fomentar a pesquisa de ponta, beneficiando também a comunidade acadêmica do país.

As Pró-reitorias discutirão uma proposta para utilizar essa parceria para nossos alunos no próximo ano.

Direção do CONIF - Uma nova diretoria executiva foi eleita e assumirá a presidência do CONIF a partir de 2021. A partir de fevereiro de 2021, assumirá a reitora do Instituto Federal Catarinense (IFC), Prof.^a Sônia Regina de Souza Fernandes.

Orçamento 2021 - A SETEC criou comissão para discutir a proposta orçamentária para 2021. Será muito positivo que a Rede Federal tenha a oportunidade de dialogar com a SETEC/MEC para elaboração da proposta orçamentária. A SETEC informou que analisará as execuções realizadas em 2020 como embasamento para a nova proposta.

Orçamento 2020- foi recomendado às unidades do IFRO que, devido a proximidade do fim do ano orçamentário, os recursos que estiverem disponíveis nas unidades, sejam empenhados o máximo possível. Os recursos não utilizados serão recolhidos pela SETEC/MEC e poderá ser direcionado a instituições que já tiverem executado todo o seu orçamento e ainda possuem demandas pendentes. Para os investimentos, foi solicitado que as unidades estejam com os processos prontos e façam as adesões de atas, principalmente de TICs, deixar todo o processo pronto para que se houver alguma oportunidade de recebimento de redirecionamento de recursos, para que estejamos aptos a recebê-los.

4. ENCERRAMENTO DA REUNIÃO

O Presidente do Colégio de Dirigentes agradeceu a participação de todos e encerrou a reunião. E eu, Flávia Cristina do Nascimento Anziliero, Secretária Executiva, lavrei esta ata.



Documento assinado eletronicamente por **Flavia Cristina do Nascimento Anziliero, Secretária Executiva**, em 22/01/2021, às 12:21, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Davys Sleman de Negreiros, Diretor(a) Geral**, em 22/01/2021, às 12:47, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ariadne Joseane Felix Quintela, Diretor(a) Geral**, em 22/01/2021, às 15:27, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marcos Aurélio Anequine de Macedo, Diretor(a) Geral**, em 24/01/2021, às 19:55, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Aremilson Elias de Oliveira, Diretor(a) Geral**, em 25/01/2021, às 10:14, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Débora Gonçalves de Lima, Diretor(a) de Gestão de Pessoas**, em 25/01/2021, às 11:02, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Jessica Cristina Pereira Santos, Gestor(a) Setorial do SCDP**, em 25/01/2021, às 12:00, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Renato Delmonico, Diretor(a) Geral**, em 26/01/2021, às 09:51, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Uberlando Tiburtino Leite, Reitor**, em 27/01/2021, às 09:02, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Leonardo Pereira Leocádio, Diretor(a) Geral**, em 28/01/2021, às 12:20, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Enio Gomes da Silva, Diretor(a) Geral**, em 01/02/2021, às 11:20, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Aloir Pedruzzi Junior, Diretor(a) de Educação a Distância**, em 12/02/2021, às 11:38, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Gilmar Alves Lima Júnior, Pró-Reitor(a) de Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação**, em 05/05/2021, às 18:37, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Erlan Fonseca de Souza, Diretor de Gestão de Tecnologia da Informação**, em 31/05/2021, às 21:22, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ifro.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1108617** e o código CRC **CC255CE2**.